

TAYLOR-FORDISMO, TOYOTISMO E NOVOS PADRÕES DE LUTAS SOCIAIS

Maurício Bernardino GONÇALVES¹

RESUMO: Há um grande e importante debate acerca da natureza da transição operada do modelo taylor-fordista ao toyotista. As diferentes respostas a essa questão suscitam diferentes posições sobre a atualidade das lutas sociais calcadas no trabalho. A transição citada contribuiu para o emergir de movimentos sociais contestatórios (altermundialismo) que vem propugnando a necessidade de novos padrões para as lutas sociais. Esse movimento contestatório se insere no interior do horizonte da nova hegemonia da sociedade burguesa “flexível”. É o resultado e a afirmação dessa nova hegemonia que, por sua vez, evidencia, principalmente pós anos-1960, uma permanente derrota das lutas sociais do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Altermundialismo. Transição taylor-fordismo-toyotismo. Proletariado.

Desde meados da década de 1970, e mais especificamente a partir dos anos 1980, o debate sobre a importância da categoria trabalho para a explicação e elucidação do ordenamento social regido pelo capital ganhou uma dimensão verdadeiramente fundamental para a teoria social. Foram a partir das diferentes respostas dadas a essa questão que se consolidaram as mais variadas interpretações acerca do capitalismo contemporâneo. Algumas dessas respostas chegaram mesmo a afirmar que as mudanças experimentadas pelo capitalismo, a partir do último quartel do século XX, seriam tão intensas, que estaríamos vivendo em uma sociedade pós-industrial, pós-moderna, pós-tudo.

Para aqueles que têm uma perspectiva de superação da sociabilidade do capital, o referido debate é central e impostergável. Qual a **forma de ser** do capitalismo contemporâneo? Trata-se de uma nova fase do capitalismo? O fordismo, como modo de organização do trabalho e como forma condensada da hegemonia das classes dominantes, foi substituído por uma nova forma, nomeadamente, o toyotismo? Entre o fordismo e o toyotismo há uma mudança qualitativa? Qual o lugar e a importância dos operários e dos trabalhadores assalariados em geral (proletários) na luta pela superação da sociedade de classes nos dias de hoje? São questões que não podem deixar de ser rigorosa e claramente respondidas.

Utilizamos aqui a distinção entre operários e trabalhadores assalariados, em geral, (ou proletários). Ainda que todos os operários sejam trabalhadores assalariados, nem todos os trabalhadores assalariados são operários. Conforme Friedrich Engels assinalou na edição inglesa de 1888 ao Manifesto Comunista:

[...] por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver [...] (MARX; ENGELS, 2005, p.40).

Os operários, ainda que tenham sido expropriados de tudo e só possuam como única fonte de sobrevivência a necessidade de vender a sua força de trabalho, característica que define fundamentalmente os trabalhadores assalariados, possuem, ainda, a peculiaridade de

¹ Mestrando em Sociologia. UNESP- Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras –Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - goncalvesagosto@yahoo.com.br

estarem localizados, ainda que não sejam os únicos, no núcleo da **criação direta de mais-valia e na participação direta do processo de valorização do capital**.

Ainda durante o período histórico em evidência, surgiram, com força e importância, os **novos** movimentos sociais, em especial, na esteira das mobilizações do emblemático ano de 1968². Em verdade, nenhum dos considerados “novos” movimentos sociais surgiram a partir da década de 1960. Eles existiam com outras peculiaridades históricas bem antes disso. A luta do movimento negro e do movimento de mulheres ultrapassa a escala secular. Portanto, o adjetivo “novo” não indica o caráter inédito desses movimentos. Aponta, especificamente, para o fato de que é a partir dos anos 1960 que eles adquirem uma configuração histórica singular, uma elaboração teórica sistemática e uma influência política que não permite que eles sejam menosprezados nem que tenham suas lutas e reivindicações específicas reduzidas a meras derivações de uma luta e/ou reivindicação geral, como a de classe, por exemplo.

Esses movimentos colocaram em relevo a luta das mulheres, dos negros, dos ecologistas, dos direitos humanos, dos pacifistas, dos gays e lésbicas, entre outros. Pouco mais de trinta anos depois, devido a condições sócio-históricas bastante diferentes, vários movimentos sociais, herdeiros daqueles da década de 1960, agora com uma peculiaridade bastante diversa daquela de suas origens, dariam início à experiência do Fórum Social Mundial (FSM). Ou seja, visto de uma perspectiva histórica de mais fôlego, o FSM pode ser entendido como resultado de todas as condições históricas que colocaram em debate, tanto teórica como praticamente, as questões relativas às transformações sofridas pelo capitalismo do último quarto do século passado aos dias de hoje. Evidenciar e realizar as interconexões entre as perguntas levantadas no parágrafo anterior e o fenômeno do FSM são os objetivos destas linhas. Utilizamos o FSM, pois ao tempo em que os movimentos sociais centrados no trabalho, em geral, passaram a pouco e pouco a perder força e a se inserir cada vez mais na perspectiva da reprodução do capital, o FSM foi o fenômeno político que conseguiu se colocar, com uma audiência internacional bastante importante, contra a globalização neoliberal. A forma como responde àquelas perguntas revela, em grande medida, o próprio entendimento que tem sobre emancipação e os caminhos que devem ser seguidos para alcançá-la.

I

Uma das questões mais polêmicas nos estudos sobre o trabalho diz respeito às relações entre o taylor-fordismo e o toyotismo (ou ohnismo). Em especial, o tipo e a amplitude da mudança que se dá na passagem de um a outro padrão de acumulação. As principais características do taylor-fordismo são conhecidas. Segundo Antunes, este pode ser entendido

[...] *fundamentalmente*, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre **elaboração e execução** no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e

² As manifestações de 1968 em todo o mundo são pensadas como erupções de um período histórico de crise estrutural do capital e de luta pela conquista da hegemonia do trabalho sobre o capital. Esse período histórico não se restringe ao ano de 1968. Essas lutas se estendem até meados da década de 1970, fundamentalmente. No final desse período, o capital consegue, através da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, introduzir elementos sociais e ideológicos que re-atualizam e re-configuram sua hegemonia. Em resumo, entendemos esse período como sendo o dos “anos 1960 (1967-1975)”, conforme sugestão de Tariq Ali (2008).

pela constituição/consolidação do **operário-massa**, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões [...] (ANTUNES, 2005, p.25, grifo do autor).

Esse modo de gestão e controle do processo de produção que vigorou, em seu estado mais “puro” nos países centrais do capitalismo, durante quase todo o século XX, passou a sofrer modificações e teve que ser alterado (mais precisamente, reconfigurado) devido a circunstâncias históricas bem determinadas. Antes de assinalá-las, entretanto, é necessário dizer que essa forma de controle da produção não se restringia ao espaço fabril. Pelo contrário. O taylor-fordismo demandava uma dada sociabilidade, uma dada visão de mundo, uma dada ideologia. Em uma palavra, ainda que tivesse tido origem no espaço da fábrica, seu impacto foi societal, espalhando pelas demais esferas da sociedade capitalista um determinado modo de ver, sentir e pensar. Dias (1996, p.13) assinala que “[...] o taylor-fordismo mais do que um conjunto de técnicas de gestão e de produção, é um modo de vida: o *american way of life*. Mais do que propaganda ele é condição do domínio do capital, uma ideologia constituidora do real.”

Para evitar mal-entendidos, o *american way of life*, nestas linhas, não é identificado com o americanismo cultural apenas. Trata-se de uma própria forma de vida e organização social, em geral, enfim, de uma própria forma de viver, sentir e organizar a sociedade, muito mais amplo que o âmbito da cultura. Tendo origem nas primeiras décadas do século XX, a partir da ascensão geopolítica estadunidense, passou a hegemonizar o ocidente e, mais recentemente, todo o planeta. Esse modo de vida, que é em essência manipulatório e controlador, daí suas relações com o taylor-fordismo, penetrou, com as devidas particularidades sócio-históricas, também na ex-URSS e nos países sob sua influência.

Portanto, as relações sociais de produção taylor-fordistas demandavam a criação e a constituição de um novo tipo homem, adaptado às novas condições de produção. E um novo homem em todas as dimensões. Antonio Gramsci (1978), em seu ensaio, “americanismo e fordismo”, mostra, com grande competência, a necessidade que o capital tem em controlar e domesticar a vida do operário, tanto dentro, como fora do espaço fabril, de controlar até mesmo a sua vida íntima (sexual). Em suma, de aculturá-lo aos desígnios do capital.

Se foram determinadas condições históricas que possibilitaram a emergência, consolidação e extensão do taylor-fordismo para, de uma forma ou de outra, todos os principais países do capitalismo (o período pós-segunda guerra interimperialista, possibilitou o compromisso keynesiano-fordista, com a emergência do *welfare state*, aos países centrais do sistema; a ascensão do modelo social-democrata de sindicalismo; a conquista de direitos sociais para os trabalhadores; a manutenção e incremento das taxas de acumulação para os capitalistas; em suma, um tipo particular de compromisso capital-trabalho em um período de maior equilíbrio na correlação de forças internacionais), seu ocaso parece coincidir com a crise estrutural do capital que teve início a partir de inícios da década de 1970. Em geral as causas da crise estrutural do capital podem ser assim enumeradas:

- (1) queda da taxa de lucro [...];
- (2) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava [...];
- (3) hipertrofia da esfera **financeira** que ganhava **relativa autonomia** frente aos capitais produtivos [...];
- (4) maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- (5) crise do *welfare state* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- (6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo,

dos mercados e da força de trabalho [...] (ANTUNES, 2000, p.30, grifo do autor).

Mas as circunstâncias históricas que colocaram a necessidade de um novo padrão de acumulação ou que precipitaram a crise estrutural do capital não podem ser buscadas apenas nos indicadores macro-econômicos. Estes devem revelar movimentações entre as classes sociais e o momento concreto da luta entre elas. Em suma, a anatomia da crise estrutural do capital deve ser buscada no complexo jogo de ataques, defesas, contra-ataques, etc, das diversas classes em disputa. Principalmente em nível global. Esta disputa ocorre em todos os domínios da vida social. As mobilizações de fins da década de 1960, em várias partes do mundo, em especial o ‘maio de 68’ francês, chacoalharam as estruturas de dominação do capital e de sua hegemonia. Um sentimento de indignação e rebeldia contra todas as formas de autoritarismo e hierarquia, contra o consumismo, o imperialismo, enfim, contra o *american way of life* (mas também contra a burocracia do bloco soviético), eclodiram espetacularmente. A hegemonia do capital estava posta à prova. Foi esse momento histórico que presenciou a emergência dos **novos** movimentos sociais, já anteriormente citados. Ao lado dessas manifestações que se inseriam nos mais variados domínios da vida social: artes, política, estética, teoria social, etc, o movimento operário realizava a audácia de questionar o compromisso keynesiano-fordista, lutando contra as empresas, contra os sindicatos social-democratas incorporados à lógica de reprodução do sistema e, portanto, contra todo o ordenamento e o equilíbrio que mantinha o Estado de bem-estar social. A dominação e a hegemonia das classes dominantes construídas pelo modelo taylor-fordista (que, como já mencionado, era um modo de vida) era golpeada. Os proletários (em especial o proletariado europeu) buscavam o **controle social da produção**.

Foi então essencialmente **sem** e mesmo **contra** as organizações sindicais e políticas constitutivas do modelo social-democrata do movimento operário que as lutas proletárias da época se desenvolveram. Ademais, essas lutas se opunham a esse modelo em seu conjunto. Ao afirmarem a auto-organização do coletivo de trabalhadores em contra-poder permanente no próprio seio da empresa, essas ações do mundo do trabalho resgatavam as virtudes emancipatórias da auto-atividade dos trabalhadores. (BIHR apud ANTUNES, 2000, p.43, grifo do autor).

Mas uma luta com uma dimensão tão ampla e global contra a hegemonia do capital necessitaria de um *background* teórico e organizativo que não existia naquele momento. Em outros termos, seria necessária uma maturação histórica. O movimento proletário estava por décadas cercado, por um lado, pelo modelo social-democrata e, por outro, pelas práticas burocráticas do stalinismo. Este fato, aliado à inexistência de uma articulação orgânica do movimento proletário com os “novos” movimentos sociais que ganhavam cada vez mais força e impacto social, selou a sorte da luta contra-hegemônica.

Falando aos estudantes americanos no auge do ativismo estudantil dos anos 1960, Isaac Deutscher lançou uma mensagem que não foi de todo bem aceita: “Vocês estão em atividade efervescente às margens da vida social, e os trabalhadores estão passivos no centro dela. É esta a tragédia de nossa sociedade. Se não enfrentarem esse contraste, vocês serão derrotados” (DEUSTCHER apud WOOD, 2003, p.227).

O capital rearticulou suas forças e aproximadamente, ao final da década de 1970, iniciou a sua contra-ofensiva, desta vez mais virulenta e destruidora do que antes. O terreno

estava preparado para a desconstrução das conquistas sociais do pós-guerra, para a degradação do trabalho e para a produção destrutiva.

O mais interessante é que o capital conseguiu incorporar alguns dos elementos utilizados pelos seus antagonistas. A vitória ideológica foi de tal amplitude, que elementos como autonomia, controle do processo produtivo, democratização das relações de trabalho, foram usados pelo capital para justificar as mudanças sócio-técnicas necessárias à tentativa de retomada do ciclo de acumulação. Evidentemente, ao lado de um ataque brutal ao sindicalismo combativo. Alguns chegaram a dizer que o toyotismo teria eliminado o trabalho alienado. As principais características deste são:

(1) é uma produção *muito vinculada à demanda*, visando atender às exigências *mais individualizadas* do mercado consumidor, diferenciando-se da produção *em série* e de *massa* do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção *é variada e bastante heterogênea*, ao contrário da homogeneidade fordista; (2) fundamenta-se no trabalho operário em *equipe*, com *multivariabilidade* de funções [...]; (3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas [...]; (4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; (5) funciona segundo o sistema *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque; (6) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista [...]. Essa **horizontalização** estende-se às subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo; (7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas [...]. (ANTUNES, 2000, p.54-55, grifo do autor).

A questão fundamental reside na interpretação que se tem sobre a natureza e a amplitude da transformação que se operou na transição de um a outro padrão de acumulação. As respostas a ela se localizam em um *continuum* que vão desde a afirmação de que não houve mudanças fundamentais na passagem (se é que de fato aconteceu uma transição) do taylor-fordismo ao toyotismo, até a tese de que a crise estrutural do capital deu origem a uma nova organização societal, pós-industrial e pós-moderna. Essas diferentes respostas darão base a estratégias de combate diversas para os movimentos de emancipação do trabalho. E ainda, terão impacto na definição dos sujeitos sociais fundamentais de possíveis lutas e transformações anti-capitalistas.

II

As transformações no padrão de acumulação conformaram uma nova hegemonia (coerção+consenso) para o capital. O toyotismo e a acumulação flexível do capital são tomados em um sentido societal e não apenas restrito ao espaço fabril ou empresarial. Como bem colocou Dias (1996, p.13): “[...] a gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes.”

Entretanto, o toyotismo não é o oposto do taylor-fordismo. Não é a sua pura negação. Em suma, **não há rupturas** entre um e o outro. Entretanto, do mesmo modo, o toyotismo **não**

é uma mera continuidade do taylor-fordismo. Desde já é necessário afastar as teses que afirmam que a flexibilização da produção teria proporcionado a configuração de novas relações de produção.

Para além das ilusões de momento, [...] algumas das tendências do que depois, genericamente, foi denominado de toyotismo ou produção flexível, teriam surgido no próprio fordismo. Em especial, a necessidade de se apoderar da “iniciativa”, da “boa vontade” e do “conhecimento” dos trabalhadores na intensificação da exploração do próprio trabalho. O que, por sua vez, é significativo para entender as razões de a distância entre o novo toyotismo e o velho fordismo ser menor do que muitas vezes tem sido sugerido. A combinação e articulação das características dos dois modelos parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da “reestruturação produtiva” em todo o mundo. E esta possibilidade de fusão de elementos do taylorismo com as exigências da produção flexível já estava parcialmente dada pelas novas necessidades e possibilidades de extração de mais-valia geradas com o esgotamento do binômio fordismo-Estado de bem estar. (LESSA, 2007, p.307).

O controle, a hierarquia e o despotismo fabril foram incorporados ao próprio labor cotidiano dos trabalhadores (e pelas suas próprias subjetividades: o cronômetro e o controle taylorista não foi abolido, ao contrário), fazendo com que eles mesmos realizem tarefas que cabiam a fiscais e supervisores do capital. Houve assim uma maior invisibilidade da hierarquia e do controle. Todavia, isso não significa o desaparecimento das distinções entre trabalho produtivo e improdutivo e trabalho manual e intelectual, por exemplo, ainda que as barreiras entre uns e outros não estejam tão claramente delimitadas como no passado. A análise do grau, da intensidade e da importância da mudança de um padrão de acumulação a outro, devem mostrar de que forma as categorias acima também foram alteradas e se ainda são operativas para a explicitação do processo de trabalho. A partir deste prisma, as distinções entre as categorias acima, apesar da maior complexidade e muitas vezes de uma maior interpenetração, não apagam nem eliminam suas distinções, em suma, não as alteram substancialmente.

Que o capitalista procura colocar nos ombros do proletariado, além das tarefas de produção, também as tarefas de “supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias, etc” – e que o faz para cortar custos e ampliar a extração de mais-valia, é um fato indiscutível. Isto, todavia, não significa que haja “incorporação” – ou “imbricação” – do trabalho improdutivo ao produtivo. O fato de um operário ser obrigado a cumprir tarefas produtivas e improdutivas não as faz idênticas, nem muito menos significa que uma incorpore a outra. (LESSA, 2007, p.82).

Entretanto, essa maior complexidade verificada no processo de trabalho flexível ou toyotista é suficiente para mostrar que esse tipo de processo de trabalho não é uma mera continuidade do taylor-fordismo, uma vez que contém impactos na própria maneira do proletariado conceber-se e construir-se no plano político-social enquanto classe.

O despotismo fabril atinge limites sufocantes. Algo próximo a um **controle panóptico** do trabalho pelo capital, que para camuflar e esconder sua tirania cada vez mais necessária para a super-exploração do trabalho (o que leva em muitos casos à degradação e destruição do trabalho), introduz e propaga a ideologia da democratização do processo de produção. Ora, o trabalhador ainda desconhece e não domina o processo de trabalho como um todo, tendo as “células de trabalho democratizadas” um alcance limitado, na maior parte das vezes a uma parte do processo, a um setor do mesmo, e não a ele como um todo; ainda, e o que é o mais

decisivo, os trabalhadores não determinam conscientemente e de maneira autônoma os rumos, as quantidades e as modalidades do seu trabalho, enfim, não controlam o próprio processo e os frutos de seu trabalho. Ao contrário, são por eles controlados. Os trabalhadores não conseguem mais identificar com clareza de onde provêm as diretrizes mais gerais de todo o processo de produção. A força social do capital chega aos limites da impessoalidade e da fantasmagoria. Assim, por um lado, estabelece-se a aparência de autonomia e democracia nas relações de trabalho; por outro lado, o **sentimento e o sentido da reificação e da alienação se intensificam brutalmente**. O trabalho alienado e o império da reificação, por contraditório que possa parecer, aumentam significativamente na “democracia” da produção toyotista e flexível.

Como a máquina não pode **suprimir** o trabalho humano, ela necessita de uma maior **interação** entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo, o **envolvimento interativo** aumenta ainda mais o **estranhamento do trabalho**, amplia as formas modernas da **reificação**, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada. Com a **aparência** de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microcósmico, dado pela fábrica moderna, ainda mais **profunda e interiorizada** a condição do **estranhamento** presente na subjetividade operária. (ANTUNES, 2000, p. 131, grifo do autor).

As classes trabalhadoras estão de fato mais heterogêneas, complexas e fragmentadas. E nisto há uma mudança de qualidade em relação ao período clássico do taylor-fordismo. Entretanto, isto não significa nem a ausência e muito menos o desaparecimento dos operários. Quando visto de um ponto de vista da sociedade mundial, o operariado tem até mesmo crescido quantitativamente em algumas regiões³.

Ora, não se pode de maneira alguma confundir a desconstrução do movimento operário da era fordista-imperialista com a “crise do trabalho” e sua perda de centralidade ontológica, se na verdade ao que se assiste é uma imensa aceleração do processo de proletarização, bastando lembrar que a classe operária fabril mais que dobrou no último quarto de século, tendo crescido no México, na Nigéria, na Índia, na China, para ficarmos em alguns exemplos marcantes. O problema concreto que se coloca é como constituir esse imenso proletariado em classe global, dotada de autonomia, consciência, organização e programa. Como enfrentar esse desafio partindo de um grau de exploração social que resgata formas de mais-valia absoluta, de uma imensa fragmentação do processo produtivo unificado por um intelecto coletivo, distante, abstrato e virtual. E, fundamentalmente, como repropor a questão do trabalho emancipado e do tempo efetivamente livre. (DEL ROIO, 2002, p.45).

Para a ausência e desaparecimento dos operários se configurar, deveríamos assistir também a ausência e o desaparecimento da classe burguesa. Esta ultrapassa as barreiras nacionais, articula os capitais de diversos setores produtivos entre si, procura conectar e, mais recentemente, submeter a dinâmica da produção material à lógica da especulação financeira. Nenhum desses fatos nos autoriza, entretanto, a propugnar a ausência da classe burguesa. Na dialética da sociedade capitalista, uma classe não existe sem a outra. Mesmo que a

³ Em artigo recente, Chico de Oliveira (2009) afirma que, “[...] nos últimos vinte anos, o capitalismo mundial experimenta uma violentíssima expansão: 800 milhões de trabalhadores foram transformados em operários entre a Índia e a China, e em todos os países do vastíssimo arco asiático. Uma ampliação quase sem precedentes na história mundial das fronteiras da mais-valia.”

organização da classe operária tenha ficado mais complexa, dados os fenômenos anteriormente citados, seu papel continua sendo decisivo na luta por uma sociedade para além do capital. Se os operários não são suficientes para a realização das mudanças anti-capitalistas necessárias, tampouco são prescindíveis. Sem eles, não há processo verdadeiramente anti-capitalista, revolucionário e emancipatório.

Este fato é reconhecido mesmo por autores que não possuem a mesma compreensão acerca da centralidade dos proletários (e dos operários) para a luta emancipatória contra o capital. Um deles diz que

[...] a articulação entre o isolamento político do operariado e a difusão social da força de trabalho assalariada é responsável pela situação paradoxal de a força de trabalho assalariada ser cada vez mais crucial para explicar a sociedade contemporânea e o operariado ser cada vez menos importante e menos capaz de organizar a transformação não-capitalista desta. Se tal transformação não pode ser feita só com o operariado, tão-pouco pode ser feita sem ele ou contra ele [...] (SANTOS, 1995, p.272).

O desafio está em realizar a articulação entre os vários setores das classes trabalhadoras que, com a mundialização do capital, têm, como imperativo cada vez maior, a dimensão internacional e global, articulação essa que esteve como uma possibilidade histórica concreta na eclosão da crise estrutural do capital e que pelos motivos já apresentados não conseguiu se concretizar.

III

O **processo** Fórum Social Mundial, como gosta de ser chamado pelos seus mais importantes representantes, é uma atualização histórica das lutas iniciadas pelos “novos” movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970. Antes de tomar a sua configuração atual, teve como expressão anterior as lutas dos movimentos ditos “anti-globalização” (expressão pejorativa usada por aqueles que fazem a apologia da mundialização do capital) ou altermundialistas, em especial no final da década de 1990. O FSM representou um salto qualitativo em relação aos protestos desses movimentos contra os mais destacados representantes da ordem neoliberal no mundo: OMC, G7, FMI, Banco Mundial, entre outros.

Porto Alegre é a manifestação, a atualização de um processo latente em obra há vários anos – o de um movimento de convergência mundial de ações e visões de movimentos sociais e de entidades (sindicatos, ONGs, intelectuais, jornalistas, estudantes, igrejas, etc) representativas da sociedade civil, colocando novamente em questão a globalização tal como hoje se faz. (HOUTARD; POLET, 2002, p.165).

Dada a extrema heterogeneidade e pluralidade em seu interior, aliado ao fato do FSM em si não ser um movimento social, a apreensão de sua essência é sempre motivo de discórdia entre seus membros. O FSM não redige documentos em nome de seus participantes. Assim, não representaria ninguém. Coloca-se como uma articulação da sociedade civil organizada, ainda que excluídos os partidos políticos e os movimentos sociais armados⁴.

⁴ A compreensão que o FSM tem de sociedade civil não é nem originária da matriz hegeliano-marxiana (reino da miséria física e moral e do privatismo) nem da matriz gramsciana (que vê nos espaços, institucionais ou não, da sociedade burguesa, o campo de luta pela hegemonia das diversas classes e suas frações). De maneira mais geral, a sociedade civil é vista como contraposta ao Estado, ainda que não antagônica. Em suma, de um ponto de vista estratégico, não se trata da reabsorção da sociedade política pela sociedade civil, mas a instauração da “melhor” forma de relação entre ambas.

O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e **articulação de movimentos sociais, redes, ongs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital** e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição está na Carta de Princípios, principal documento do FSM.

O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial **não é uma entidade nem uma organização.** (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2004, grifo nosso).

Não iremos considerá-lo apenas como um evento. Ele deve ser entendido em sentido amplo, não se resumindo aos dias em que ocorre nos meses de Janeiro. Não é também apenas o somatório dos Fóruns ocorridos, quer esses sejam mundiais, nacionais, regionais, sub-regionais ou temáticos.

O FSM é o conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais e locais – que se organizam de acordo com a Carta de Princípios [...] devem também ser incluídas no FSM as reuniões, nacionais ou internacionais, de movimentos ou organizações com vista à preparação dos fóruns acima citados [...] **deve considerar-se como parte do processo do FSM as ações regionais ou globais levadas a cabo pelas redes de movimentos e organizações que integram o FSM, desde que essas iniciativas respeitem a Carta de Princípios.** (SANTOS, 2005, p.35-36, grifo nosso).

O FSM se vê como a emergência de um processo (certamente político, mas também epistemológico) que inaugura a possibilidade de realização de uma **nova** cultura política. Contrapor-se à **velha** esquerda ou esquerda convencional não é segredo para ninguém. Em verdade ele é o **processo** que traz a possibilidade de superação do fracasso e das derrotas históricas da **velha** esquerda, o que Sousa Santos chama de uma “degenerescência geral e talvez irreversível” (SANTOS, 2008, p.2). Mas quem é a **velha** esquerda ou esquerda convencional? É aquela que, de uma forma ou de outra, corrompeu seus ideais de emancipação e que acabou por se transformar em conservadora “sob o pretexto de que já estava em curso a realização da utopia⁵” (SANTOS, 2008, p.13). Sendo mais claro, a **velha** esquerda é toda a esquerda que com inspiração fundamental no marxismo e nas categorias de classe social, partido político e Estado (aqui, historicamente, a ênfase, mas não a exclusividade, recai na social-democracia européia, de um lado e, no stalinismo, de outro) e sob o pretexto de libertação da classe proletária e de toda a humanidade acabou por se integrar no sistema de dominação capitalista mundial. Em suma, uma esquerda que teórica e praticamente se revelou aprisionada pela hegemonia burguesa expressada de forma mais acabada no ideal taylor-fordista de controle e coerção social. A incapacidade em articular a

⁵ A utilização de Boaventura de Sousa Santos para a explicitação de muitas das posições do FSM nestas linhas reside no fato dele possuir uma complexa e rica teorização a respeito do FSM. Ele é, além de um teórico sobre o FSM, um de seus principais ativistas, estando presente no seu Conselho Internacional (CI). Esse fato, também, já é reconhecido por vários outros ativistas e teóricos, inclusive por alguns do próprio CI do FSM.

heterogeneidade das lutas; a segregação ou parcelização dos diversos movimentos sociais; a separação rígida entre execução e elaboração; e, sua verticalização e hierarquia, evidenciam a sua degenerescência. O mais intrigante é que a falha da velha esquerda revela uma questão de fundo mais ampla: o ocaso da própria racionalidade e do “projeto” da modernidade⁶.

Ao contrário de Habermas (1990), para quem a modernidade ocidental é ainda um projecto incompleto, tenho vindo a argumentar que o nosso tempo é testemunha da crise final da hegemonia do paradigma sócio-cultural da modernidade ocidental e que, portanto, é um tempo de transição paradigmática. (SANTOS, 2008, p.7).

A esquerda **convencional** pretendeu romper com o capitalismo, mas estava presa à sua própria lógica interna. O fracasso não é apenas político, mas, como já dito, também epistemológico. É necessária uma nova ciência e uma nova teoria ou, ainda, uma nova cognição que vá além do unilateralismo da lógica de eficiência da razão ocidental moderna. Assim, o FSM representa justamente a possibilidade político-cognitiva de superação deste tipo de racionalidade, que acabou por corromper a velha esquerda.

Ainda que, de um lado, o FSM tenha os méritos de apontar e denunciar de forma bastante consequente todos os **equivocos** (para ser eufêmico), tanto os teóricos, como os práticos, da **velha** esquerda; por outro, pelo fato de ter uma concepção bastante **homogênea** (e aqui está a ironia, uma vez que a sua própria natureza reside na heterogeneidade e na pluralidade dos seus vários movimentos), tanto dessa mesma **velha** esquerda, não vendo diferenciações fundamentais e qualitativas em seu interior, como da própria racionalidade moderna, reduzindo-a a sua dimensão de eficiência, tende a minimizar e, no limite, a apagar o exame histórico concreto das causas que fizeram com que a **velha** esquerda **envelhecesse**.

Mas há ainda outra ironia. Esta, ainda mais expressiva: ao realizar a crítica da forma como o consenso burguês emanado do taylor-fordismo, capturou a **velha** esquerda, o FSM, ele mesmo, acabou sendo capturado pela ideologia e pelo consenso burguês da época do padrão de acumulação flexível e toyotista.

No padrão de acumulação flexível e no toyotismo, o capital conseguiu construir uma hegemonia que aparentemente faz desaparecer as classes em luta, ou dito de outra forma, elimina a possibilidade de reconstrução orgânica das classes trabalhadoras em sua luta estrutural contra o capital. Em suma, retira mesmo do léxico teórico-político atual a categoria classe social, substituindo-a pela cidadania, pela democracia e pela sociedade civil. Ao mesmo tempo, procura transformar os operários e/ou os trabalhadores, em geral, em colaboradores do processo de valorização do valor. O fundamental disso encontra-se nas bases constitutivas da mudança de padrão de trabalho e exploração operada pelo toyotismo, que prega o trabalho em equipe, a democratização das relações de trabalho e a autonomia (dos, agora, “colaboradores”).

O FSM não nos dá uma análise clara, nem mesmo indicações, de como proceder a uma análise crítica da economia política hoje. Ainda que não haja uma negação do papel do trabalho e das classes trabalhadoras no capitalismo de hoje, este papel é colocado, quando muito, **ao lado** dos outros vários papéis dos demais movimentos sociais. Assim, inexistente uma lógica que possa ir além das diversas fragmentações existentes, uma vez que a própria possibilidade de síntese é, na prática, mas também na teoria, impossível. Ao criticar a hegemonia vertical e hierarquizada do taylor-fordismo incrustada na esquerda “convencional”, o FSM com um aparente discurso mais democrático, enveredou pelo

⁶ A visão de Sousa Santos acerca da modernidade é menos matizada e rica do que deveria. Ele tende a identificar este movimento civilizatório com o predomínio do evolucionismo e da ideologia do progresso. Evidentemente, essa mesma característica comparece e dá relevo ao retrato da “velha” esquerda.

caminho das fragmentações e contingências que não se reúnem em uma síntese superadora. Sousa Santos resume:

[...] a teoria política da modernidade ocidental, tanto na versão liberal como na marxista, construiu a unidade na acção colectiva a partir da unidade dos agentes. De acordo com ela, a coerência e o sentido da transformação social baseou-se sempre na capacidade de o agente privilegiado da transformação social, fosse ele a burguesia ou a classe operária, representar a totalidade da qual a coerência e o sentido políticos derivariam. De uma tal capacidade de representação provinham, quer a necessidade, quer a operacionalidade, de uma teoria geral da transformação social. A utopia e a epistemologia subjacentes ao FSM colocam-nos nos antípodas dessa concepção. Como já referi, a extraordinária energia de atracção e de agregação revelada pelo FSM reside precisamente na recusa da ideia de uma teoria geral. [...] O FSM sublinha a ideia de que o mundo é uma totalidade inesgotável, dado que possui muitas totalidades, todas elas parciais. (SANTOS, 2008, p.30).

A atomização dos diversos movimentos sociais reproduz *mutatis mutandi* a intensificação da fragmentação operada pelo toyotismo. E ainda que ele (FSM) exista para superar essa mesma atomização, suas bases essenciais e constitutivas o impedem fundamentalmente. A emancipação política passa a subsistir enquanto horizonte histórico-máximo. Está apagada a distinção entre essa e a emancipação humana. A síntese histórico-concreta permanece como possibilidade não realizada.

O socialismo é a antítese do capitalismo; e a substituição do socialismo por um sistema indeterminado de democracia, ou a diluição das relações sociais diversificadas e diferentes em categorias gerais como “identidade” ou “diferença”, ou conceitos frouxos de “sociedade civil”, representa a rendição ao capitalismo e a todas as suas mistificações ideológicas. Diversidade, diferença e pluralismo são obviamente necessários; mas não um pluralismo indiferenciado e desestruturado. Precisamos de um pluralismo que realmente reconheça a diversidade e a diferença, não apenas a pluralidade e a multiplicidade. Ou seja, que reconheça a unidade sistêmica do capitalismo e que tenha a capacidade de distinguir entre as relações constitutivas do capitalismo e outras desigualdades e opressões. O projeto socialista deve ser enriquecido com os recursos e as ideias dos “novos movimentos sociais” (que não são tão novos), e não empobrecidos pelo uso desses recursos e ideias como desculpa para desintegrar a resistência ao capitalismo. Não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana. (WOOD, 2003, p.224).

Neste sentido, o FSM pode ser entendido como a atualização de um fracasso. Da incapacidade da esquerda anti-capitalista em realizar a síntese histórica, pelas mais diversas condições históricas, que reclama sua concretização, mais especificamente aqui, desde os primórdios da crise estrutural do capital. Reclamação que dá um significado atualíssimo à disjunção luxemburguista: socialismo ou barbárie. Em uma palavra, menos que uma novidade, o FSM representa a reiterada e a permanente derrota de um movimento emancipador com o objetivo de transcender os limites do capital. E, além disso, mesmo que de forma não desejada, cria obstáculos para a possibilidade de tal superação.

TAYLOR-FORDISM, TOYOTISM AND NEWS STANDARD SOCIAL STRUGGLE

ABSTRACT: *There is a great and important debate about the nature of the transition from taylor-fordism to toyotism. The different answers to this question puts different approaches for the actuality of the social fights based on work. The mentioned transition has contributed for the emersion of contestatory social movements (altermundialism) which are proposing the necessity of a new pattern for the social fights. This contestatory movement is inside the horizon of the new hegemony of the “flexible” bourgeois society. It is the result and the affirmation of this new hegemony which, for its turn, demonstrate, especially after the decade of 1960, the permanent defeat of the social fights of the work.*

Key-words: *Work. Altermundialism. Transition taylor-fordism-toyotism. Proletariat.*

REFERÊNCIAS

ALI, T. **O poder das barricadas:** uma autobiografia dos anos 60. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 10. ed. São Paulo: Cortez , 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

DEL ROIO, Marcos. Política operária: há futuro? **Revista Outubro**, São Paulo, n.7, p.37-48, 2002.

DIAS, E. F. Capital e trabalho: a nova dominação. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, AnoVI, n.10, p.04-24, 1996.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. O que é o Fórum Social Mundial. 2004. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1>. Acesso em: 01 abr. 2009.

HOUTARD, F.; POLET, F. (Org.). **O outro Davos:** mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, F. Crise financeira? **Agência Carta Maior**, São Paulo, 01 abr. 2009. Disponível em:
<http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15885>.
Acesso em: 01 abr. 2009.

SANTOS, B. S. A esquerda no século XXI: as lições do Fórum Social Mundial. **Oficina do CES**, Coimbra, n.298, p.01-36, 2008.

_____. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.